



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

PAE nº: 18.202/2022

Documento de Oficialização da Demanda

1 Identificação da Demanda

1.1 Título

Capacitação do curso DevSecOps: Segurança em Infraestrutura e Desenvolvimento Ágil.

1.2 Unidade Demandante

Unidade	SE-EJESC - Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral	Data	20/05/2022
Responsável pela demanda	Cláudia Regina Damasceno Luciano		

1.3 Vinculação ao Plano de Aquisições

Item do plano: 31 - Cursos - Inscrição

1.4 Valor Estimado

R\$2.904,00

2 Contexto

2.1 Motivação

Capacitação das equipes técnicas de tecnologia da informação em segurança em Infraestrutura e Desenvolvimento Ágil.

2.2 Resultados Esperados

Entender como as esteiras de Integração Contínua, Entrega Contínua e Implantação Contínua funcionam. Conhecer as formas que permitem estabelecer uma arquitetura de Segurança para o software desde o seu nascimento. Implantar serviços de segurança para aumentar a integração das equipes de desenvolvedores, operações e segurança. Fazer uso da tecnologia de container (como Docker) para segurança. Realizar Criptografia de playbooks para proteger dados sensíveis.

2.3 Alinhamento Estratégico

OEAC1 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

C2 - Promover a formação e aperfeiçoamento contínuo de servidores

OE5 – Aperfeiçoamento da seleção, do ingresso, do egresso e da adequação da força de trabalho

PR1 – Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC

OE6 – Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

2.4 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade do objeto a ser contratado?

Menos de 1 ano De 1 a 3 anos Mais de 3 anos

2.5 Unidades que farão uso da demanda ou serão beneficiadas

1 unidade 2 unidades 3 unidades Mais de 3 unidades

3 Integrante Demandante na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	Cláudia Regina Damasceno Luciano
Telefone	7473
<i>E-mail</i>	claudia@tre-sc.jus.br
Nome do Servidor (substituto)	Tatiany Martins
Telefone	3814
<i>E-mail</i>	tatiany.martins@tre-sc.jus.br

4 Unidade Técnica

SE-EJESC - Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESTUDOS PRELIMINARES

1. Análise de Viabilidade da Contratação

1.1. Contextualização

A TI do TRESA tem procurado cada vez mais adotar práticas para que o processo de desenvolvimento de software ocorra com eficiência, agilidade e segurança. Dentro deste contexto, DevSecOps (abreviação de Desenvolvimento, Segurança e Operações) é fundamental para alcançar tais objetivos, permitindo adotar práticas e ferramentas para incorporar automaticamente a segurança em todas as fases do ciclo de vida do desenvolvimento de software.

Por este motivo, a capacitação da equipe de desenvolvimento e operação em DevSecOps é fundamental para melhorar a segurança e eficiência na produção de software no TRESA.

1.2. Definição e Especificação dos Requisitos da Solução

A capacitação para os servidores André Barotto, Rogério Sorroche e Humberto Mello no curso 'DevSecOps: Segurança em Infraestrutura e Desenvolvimento Ágil (527)', que deverá ser realizada nos dias 20/06/2022 a 01/07/2022 – Live Class – de segunda a sexta, das 18:30 às 22:30, com carga horária total de 40 (quarenta) horas, conforme ementa a seguir:

- Introdução ao DevOps
 - Formas tradicionais de criar e implantar software
 - Porque se preocupar com segurança em software
 - Maneiras comuns de fazer segurança no SDLC
 - O conceito e princípios do DevOps

- DevOps e Segurança
 - Propósito e benefícios do DevSecOps
 - Implementando o DevSecOps
 - Ferramentas para segurança no DevOps

- O que é DevSecOps
 - O conceito e princípios do DevOps
 - Frameworks de Governança e Regulamentações
 - Segurança no Modelo Tradicional vs DevOps
 - SoD – Separation of Duties

- Logging e Monitoring
 - Gestão dos logs de forma centralizada com ELK



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Gerando alertas em cima do ELK
- Expondo as ameaças com Kibana
- Infraestrutura como código segura
 - Encontrando e mitigando vulnerabilidades em imagens Docker
 - Avaliação de configuração de Boas Práticas de Segurança em Ambientes Docker
- Segurança como código
 - Fazendo gestão de acessos e identidade (IAM)
 - Configuração dos 5 Passos
 - Básicos de Segurança na AWS
 - Infraestrutura como Código na GCP
 - Infraestrutura como Código na AWS
- Segurança em Containers
 - Encontrando e mitigando vulnerabilidades em imagens Docker
 - Avaliação de configuração de Boas Práticas de Segurança em Ambientes Docker
- Segurança em nuvens públicas
 - Fazendo gestão de acessos e identidade (IAM)
 - Configuração dos 5 Passos Básicos de Segurança na AWS
 - Infraestrutura como Código na GCP
 - Infraestrutura como Código na AWS
- Segurança em Produção
 - Vault em Ambientes de Produção
 - Gerenciando SSH com Vault
 - Gerenciando acesso ao banco de dados com Vault
- Compliance como Código
 - Auditando ambientes com OpenSCAP
 - OpenSCAP Workbench
 - Usando o Ansible para garantir o ambiente



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Segurança em Microserviços
 - A importância do API Gateway
 - Instalando e Entendendo o Kong
 - Autenticação centralizada e redirect para os microserviços

- ChatOps – Security
 - Apache e mod_security como WAF
 - Notificação com Logstash, Elasticsearch e ElastAlert no Slack

1.2.1. Requisitos Funcionais

A empresa contratada deverá possuir experiência na área a ser ministrada. A capacitação deverá ser desenvolvida em linguagem clara, em plataforma on-line.

1.2.2. Requisitos Não Funcionais

Não se aplica a esta contratação.

1.2.3. Requisitos Externos

A capacitação deverá estar totalmente adequada às normas e legislação vigentes.

1.3. Produtos/Serviços Disponíveis no Mercado

Considerando o conteúdo programático e a especialização do tema, a contratação será por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que a 4Linux possui o treinamento com a ementa esperada e no período desejado pelo TRESA. Somado a isto, a equipe técnica já pode validar a eficiência técnica da 4Linux em outros treinamentos como: “Pen Test: Técnicas de Intrusão em Redes Corporativas”.

1.4. Contratações Públicas Similares

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Outros Produtos/Serviços Disponíveis

Não há outros serviços disponíveis que atendam à demanda pretendida.

1.6. Alternativas de Software Livre ou Público incluindo Portal do Software Público Brasileiro

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.7. Análise dos Produtos/Serviços Identificados e dos Custos Totais da Demanda

Os custos totais da demanda são R\$8.712,00 (R\$ 2.904,00 por aluno), utilizando-se o orçamento de Capacitação.

1.8. Escolha e Justificativa do Objeto

A capacitação ofertada pela empresa 4Linux, indicada pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE/SC, atende à demanda apresentada, pelas razões expostas no item 1.3 deste documento.

1.8.1. Descrição do Objeto

Contratação de capacitação referente ao tema 'DevSecOps: Segurança em Infraestrutura e Desenvolvimento Ágil'.

1.8.2. Alinhamento do Objeto

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI – TRE/SC	Objetivos estratégicos: OEAC1 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
Instrumentos Estratégicos Setoriais	
Planejamento estratégico da EJESC	C2 - Promover a formação e aperfeiçoamento contínuo de servidores
Planejamento estratégico da SGP	OE4 – Promoção da qualificação e do conhecimento Organizacional OE5 – Aperfeiçoamento da seleção, do ingresso, do egresso e da adequação da força de trabalho
Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)	OE7 - Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores

1.8.3. Benefícios Esperados

Espera-se que, ao final do curso, os servidores estejam capazes de:

- Conhecer os principais conceitos ligados a DevSecOps.
- Entender como as esteiras de Integração Contínua, Entrega Contínua e Implantação Contínua funcionam.
- Conhecer e repassar as práticas de segurança dentro do ambiente DevOps.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Conhecer as formas que permitem estabelecer uma arquitetura de Segurança para o software desde o seu nascimento.
- Mapear onde as verificações e controles de segurança podem ser adicionados na Entrega Contínua e Integração Contínua.
- Implantar serviços de segurança para aumentar a integração das equipes de desenvolvedores, operações e segurança.
- Fazer uso da tecnologia de container (como Docker) para segurança.
- Realizar Criptografia para proteger dados sensíveis no processo de desenvolvimento.

1.8.4. Relação entre a Demanda Prevista e Contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Capacitação sobre DevSecOps: Segurança em Infraestrutura e Desenvolvimento Ágil (527)	3 inscrição	3 inscrição

1.9. Adequação do Ambiente

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Orçamento Estimado

A proposta apresentada tem o valor estimado de R\$8.712,00 (Oito mil, setecentos e doze reais).

2. Sustentação de Contrato

Não preenchido em razão do valor da contratação.

3. Estratégia para Contratação

Não preenchido em razão do valor da contratação.

4. Análise de Riscos

Não preenchido em razão do valor da contratação.

5. Declaração de Viabilidade ou não da contratação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Com base nas informações levantadas ao longo dos Estudos Preliminares e considerando que se trata de ação de capacitação essencial aos servidores lotados na STI, a equipe de planejamento considera a contratação viável.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo A - Lista de Potenciais Fornecedores

#	Nome
1	<p>Nome: 4Linux</p> <p>Site na web: https://4linux.com.br/cursos/treinamento/devsecops-seguranca-em-infraestrutura-e-desenvolvimento-agil/</p> <p>Telefone: 11 2125-4747</p> <p>Email: priscila.sagio@4linux.io</p>



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo B - Contratações Públicas Similares

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo C - Memórias de Cálculo

Considerado o custo de R\$ 2.904,00 por aluno. O custo total foi obtido multiplicando-se o número de alunos (3) pelo custo por aluno:

- Custo total = $2.904,00 \times 3 = R\$8.712,00$.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa visando a capacitação do curso “DevSecOps: Segurança em Infraestrutura e Desenvolvimento Ágil (527)” que deverá ser realizada nos dias 20/06/2022 à 01/07/2022 – Live Class – de segunda à Sexta, das 18:30 às 22:30, com carga horária total de 40 (quarenta) horas, para os servidores André Barotto, Rogério Sorroche e Humberto Mello, conforme programação de conteúdos a seguir:

- Introdução ao DevOps
 - Formas tradicionais de criar e implantar software
 - Porque se preocupar com segurança em software
 - Maneiras comuns de fazer segurança no SDLC
 - O conceito e princípios do DevOps

- DevOps e Segurança
 - Propósito e benefícios do DevSecOps
 - Implementando o DevSecOps
 - Ferramentas para segurança no DevOps

- O que é DevSecOps
 - O conceito e princípios do DevOps
 - Frameworks de Governança e Regulamentações
 - Segurança no Modelo Tradicional vs DevOps
 - SoD – Separation of Duties

- Logging e Monitoring
 - Gestão dos logs de forma centralizada com ELK
 - Gerando alertas em cima do ELK
 - Expondo as ameaças com Kibana

- Infraestrutura como código segura
 - Encontrando e mitigando vulnerabilidades em imagens Docker
 - Avaliação de configuração de Boas Práticas de Segurança em Ambientes Docker

- Segurança como código



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Fazendo gestão de acessos e identidade (IAM)
- Configuração dos 5 Passos
- Básicos de Segurança na AWS
- Infraestrutura como Código na GCP
- Infraestrutura como Código na AWS

- Segurança em Containers
 - Encontrando e mitigando vulnerabilidades em imagens Docker
 - Avaliação de configuração de Boas Práticas de Segurança em Ambientes Docker

- Segurança em nuvens públicas
 - Fazendo gestão de acessos e identidade (IAM)
 - Configuração dos 5 Passos Básicos de Segurança na AWS
 - Infraestrutura como Código na GCP
 - Infraestrutura como Código na AWS

- Segurança em Produção
 - Vault em Ambientes de Produção
 - Gerenciando SSH com Vault
 - Gerenciando acesso ao banco de dados com Vault

- Compliance como Código
 - Auditando ambientes com OpenSCAP
 - OpenSCAP Workbench
 - Usando o Ansible para garantir o ambiente

- Segurança em Microserviços
 - A importância do API Gateway
 - Instalando e Entendendo o Kong
 - Autenticação centralizada e redirect para os microserviços

- ChatOps – Security
 - Apache e mod_security como WAF
 - Notificação com Logstash, Elasticsearch e ElastAlert no Slack



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

A TI do TRESA tem procurado cada vez mais adotar práticas para que o processo de desenvolvimento de software ocorra com eficiência, agilidade e segurança. Dentro deste contexto, DevSecOps (abreviação de Desenvolvimento, Segurança e Operações) é fundamental para alcançar tais objetivos, permitindo adotar práticas e ferramentas para incorporar automaticamente a segurança em todas as fases do ciclo de vida do desenvolvimento de software.

Por este motivo, a capacitação da equipe de desenvolvimento e operação em DevSecOps é fundamental para melhorar a segurança e eficiência na produção e manutenção de software no TRESA.

2.2. Objetivos e Benefícios

Espera-se que, ao final do curso, os servidores estejam capazes de:

- Conhecer os principais conceitos ligados a DevSecOps.
- Entender como as esteiras de Integração Contínua, Entrega Contínua e Implantação Contínua funcionam.
- Conhecer e repassar as práticas de segurança dentro do ambiente DevOps.
- Conhecer as formas que permitem estabelecer uma arquitetura de Segurança para o software desde o seu nascimento.
- Mapear onde as verificações e controles de segurança podem ser adicionados na Entrega Contínua e Integração Contínua.
- Implantar serviços de segurança para aumentar a integração das equipes de desenvolvedores, operações e segurança.
- Fazer uso da tecnologia de container (como Docker) para segurança.
- Realizar Criptografia para proteger dados sensíveis no processo de desenvolvimento.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI – TRE/SC	Objetivos estratégicos:
Instrumentos Estratégicos Setoriais	OEAC1 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
Planejamento estratégico da EJESC	C2 - Promover a formação e aperfeiçoamento contínuo de servidores
Planejamento estratégico da SGP	OE4 – Promoção da qualificação e do conhecimento Organizacional



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)	OE5 – Aperfeiçoamento da seleção, do ingresso, do egresso e da adequação da força de trabalho OE7 - Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores
--	---

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Anexados ao PAE n. 18.202/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	DevSecOps: Segurança em Infraestrutura e Desenvolvimento Ágil (527)	3 inscrição	3 inscrição

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

A capacitação para os servidores no curso 'DevSecOps: Segurança em Infraestrutura e Desenvolvimento Ágil (527)', que deverá ser realizada nos dias 20/06/2022 a 01/07/2022 – Live Class – de segunda a sexta, das 18:30 às 22:30, com carga horária total de 40 (quarenta) horas, conforme ementa a seguir:

- Introdução ao DevOps
 - Formas tradicionais de criar e implantar software
 - Porque se preocupar com segurança em software
 - Maneiras comuns de fazer segurança no SDLC
 - O conceito e princípios do DevOps

- DevOps e Segurança
 - Propósito e benefícios do DevSecOps
 - Implementando o DevSecOps
 - Ferramentas para segurança no DevOps

- O que é DevSecOps
 - O conceito e princípios do DevOps



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Frameworks de Governança e Regulamentações
- Segurança no Modelo Tradicional vs DevOps
- SoD – Separation of Duties

- Logging e Monitoring
 - Gestão dos logs de forma centralizada com ELK
 - Gerando alertas em cima do ELK
 - Expondo as ameaças com Kibana

- Infraestrutura como código segura
 - Encontrando e mitigando vulnerabilidades em imagens Docker
 - Avaliação de configuração de Boas Práticas de Segurança em Ambientes Docker

- Segurança como código
 - Fazendo gestão de acessos e identidade (IAM)
 - Configuração dos 5 Passos
 - Básicos de Segurança na AWS
 - Infraestrutura como Código na GCP
 - Infraestrutura como Código na AWS

- Segurança em Containers
 - Encontrando e mitigando vulnerabilidades em imagens Docker
 - Avaliação de configuração de Boas Práticas de Segurança em Ambientes Docker

- Segurança em nuvens públicas
 - Fazendo gestão de acessos e identidade (IAM)
 - Configuração dos 5 Passos Básicos de Segurança na AWS
 - Infraestrutura como Código na GCP
 - Infraestrutura como Código na AWS

- Segurança em Produção
 - Vault em Ambientes de Produção
 - Gerenciando SSH com Vault



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Gerenciando acesso ao banco de dados com Vault
- Compliance como Código
 - Auditando ambientes com OpenSCAP
 - OpenSCAP Workbench
 - Usando o Ansible para garantir o ambiente
- Segurança em Microserviços
 - A importância do API Gateway
 - Instalando e Entendendo o Kong
 - Autenticação centralizada e redirect para os microserviços
- ChatOps – Security
 - Apache e mod_security como WAF
 - Notificação com Logstash, Elasticsearch e ElastAlert no Slack

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

Não se aplica a esta contratação.

2.10. Seleção do Fornecedor

Considerando o conteúdo programático e a especialização do tema, a contratação será por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que a 4Linux possui o treinamento com a ementa esperada e no período desejado pelo TRESA. Somado a isto, a equipe técnica já pôde validar a eficiência técnica da 4Linux em outros treinamentos como: “Pen Test: Técnicas de Intrusão em Redes Corporativas”.

2.10.1. Critérios de Habilitação

A empresa deverá apresentar regularidade fiscal (junto à Receita Federal e ao FGTS) e trabalhista (junto à Justiça do Trabalho – CNDT).

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não se aplica a esta contratação.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, II, combinado com o art. 13, VI da Lei n. 8.666/1993.

2.12. Impacto Ambiental

A capacitação será realizada na modalidade a distância, não sendo necessários ajustes ou adequações no ambiente.

2.13. Conformidade Técnica

Não se aplica a esta contratação.

2.14. Obrigações da Proponente

Não se aplica a esta contratação.

2.15. Obrigações do Contratante

O contratante se obriga a:

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no presente Projeto Básico;
- b) promover a gestão deste Contrato por meio de seus representantes, os servidores titulares da Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral e da Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos, ou seus substitutos, que poderão atuar em conjunto ou isoladamente, em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993 e artigo 27 da Resolução 7.928/2015; e
- c) proporcionar todas as condições para que a Contratada possa prestar os serviços dentro das normas deste Projeto Básico.

2.16. Obrigações da Contratada

A Contratada se obriga a:

- a) ministrar o programa nas condições, preço e prazo estabelecidos neste Projeto Básico e na proposta comercial, que constará do PAE n. 18.202/2022;
- b) desenvolver o conteúdo do programa e material didático segundo metodologia da educação a distância, com base no conteúdo programático especificado em sua proposta;
- c) conceder certificação aos participantes que atenderem aos requisitos de aprovação, conforme proposta; e
- d) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no PAE n. 18.202/2022.

2.17. Custo estimado da contratação

A proposta apresentada tem o valor total de R\$8.712,00, sendo 2.904,00 (dois mil,



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

novecentos e quatro reais) por aluno.

O pagamento deverá ser efetuado à vista, após o cumprimento de todas as obrigações.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Conforme o item 2.7.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.1.2. Códigos SIASG

Não se aplica a esta contratação.

3.1.3. Vigência

A presente contratação terá vigência a partir do recebimento da nota de empenho pela contratada até o recebimento definitivo do objeto.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 25 de maio de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

A Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos, vinculada à EJESC, manterá contato com a Contratada durante a etapa de execução do serviço, a fim de dirimir eventuais questões que possam interferir na qualidade dos serviços prestados.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESA e da Contratada

O acompanhamento dos serviços será feito pelos gestores da contratação (EJESC). Caso seja constatada falha na execução, os gestores comunicarão o fato à Contratada, para fins de solução dos problemas. Se, após notificação, a Contratada não adotar as providências necessárias à correção das falhas verificadas, os gestores da contratação comunicarão a ocorrência à Secretaria de Administração e Orçamento, para resolução do problema e eventual aplicação de penalidade.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Contratação de empresa visando a capacitação de três servidores no curso 'DevSecOps: Segurança em Infraestrutura e Desenvolvimento Ágil (527)', que deverá ser realizada nos dias 20/06/2022 à 01/07/2022 – Live Class – de segunda à Sexta, das 18:30 às 22:30, com carga horária total de 40 (quarenta) horas.

1.3. Instrumentos Formais

Será emitida nota de empenho para formalização da contratação, conforme o art. 62 da Lei n. 8.666/1993.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

Os gestores da contratação serão os servidores titulares da Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral e da Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos da EJESC, ou seus substitutos, que poderão atuar em conjunto ou isoladamente, em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993 e artigo 27 da Resolução 7.928/2015.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

Será realizado após a finalização da capacitação com o cumprimento da carga horária e programa:

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:
 - 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
 - 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O pagamento deve ser efetuado em 1 (uma) parcela no valor de R\$ 8.712,00 (oito mil, setecentos e doze reais), após o cumprimento de todas as obrigações pelas contratadas. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

A Nota Fiscal/Fatura deverá ser encaminhada para o endereço eletrônico capacitacao@tre-sc.jus.br.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Se a Contratada descumprir as condições estabelecidas neste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.1.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.1.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.1.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do Contrato;

1.11.1.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do Contrato;

1.11.1.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRESA, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.3. As sanções estabelecidas na alínea “c” da subcláusula 1.11.2 são de competência do Presidente do TRESA.

1.11.4. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Contrato sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do(s) serviço(s) em atraso, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado.

1.11.4.1. Os atrasos de que trata a subcláusula 1.11.4, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do Contrato.

1.11.4.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.5. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” da subcláusula 1.11.2, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.6. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.6.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.6.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

1.11.6.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” da subcláusula 1.11.2 exaure-se a esfera administrativa.